

# DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL<sup>1</sup>

**ANA FANI ALESSANDRI CARLOS**

Departamento de Geografia  
Universidade de São Paulo  
Pesquisadora do CNPq  
anafanic@usp.br

## RESUMO

A “diferenciação espacial” é um tema central da Geografia que pode ser constatado numa vasta bibliografia, mas a “diferenciação socioespacial” introduz uma “qualidade” ao tema da diferenciação, obrigando-nos a realizar o deslocamento da análise em direção à compreensão do processo espacial, em sua determinação social. Tal fato produz outro deslocamento analítico da construção de um pensamento teórico produzido pela Geografia sobre a diferenciação espacial, e aquela de sua realização prática, qual seja a dimensão real da produção espacial como momento da reprodução social. O raciocínio aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade. Assim a prática socioespacial é a base e sustentação da vida. Portanto, o espaço analisado através da Geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social. Significa também pensar nos conteúdos que esclarecem os conteúdos atuais desse processo. O ponto de partida é a compreensão do espaço como condição/meio e produto da reprodução social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço geográfico. Geografia. Diferenciação espacial. Reprodução social.

---

<sup>1</sup> Essas reflexões, ainda incipientes, apóiam-se no projeto de construção de uma “metageografia”, cuja primeira abordagem foi apresentada no SIMPURB de Recife em 2003, publicado depois como capítulo do livro *O espaço urbano. Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005, e redimensionado no texto publicado na revista *CIDADES, Presidente Prudente*, v. 2, n. 4, p. 221-247, jul-dez, 2006. Texto que apoiou a apresentação efetuada no II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) em dezembro de 2006, em Brasília, DF.

## SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATION

### ABSTRACT

“Spatial differentiation” is a key issue in Geography; this can be easily verified in the vast bibliography on the theme. “Socio-spatial differentiation”, however, adds a certain “quality” to the issue of differentiation, for it leads us to direct the focus of analysis onto the social determinations of the spatial process. This theoretical movement, on the other hand, requires that we treat spatial differentiation and its practical accomplishments as a moment of social reproduction. Geographical space is socially produced, i.e., it is the outcome of the act of producing life; therefore, socio-spatial practice is the basis and the support of life. Space must be analyzed as process and movement; as social production/reproduction. This means that it must also clarify the contents of such process. In order to accomplish this, space must be understood as a condition/mean and as a product of social reproduction.

**KEY-WORDS:** Geographical space. Geography. Spatial differentiation. Social reproduction.

Uma advertência se faz necessária ao início deste artigo. Ele foi realizado com o objetivo precípua de servir para fomentar o debate em torno do tema “da diferenciação em Geografia” num workshop promovido pelo Grupos de Estudos Urbanos (GEU) o que significa que ele é antes um conjunto de reflexões abertas ao diálogo.

Historicamente, a Geografia tem se colocado como objetivo explicar o espaço (entendido, por muitos, como a superfície terrestre) a partir da prática dos homens e de sua repartição criando uma vasta gama de áreas diferenciadas. Brunet (1986, p. 300) afirma que o objeto particular do geógrafo é analisar o processo de funcionamento, de organização e diferenciação dos espaços; nesse sentido, “produzir o espaço é ao mesmo tempo diferenciar e organizar”. Diferenciação e organização do espaço, para o Autor, serviriam à reprodução social.

Poderíamos, inicialmente, afirmar que a noção de “diferenciação espacial” é um tema central da Geografia que pode ser constatado numa vasta bibliografia, mas o tema orientador do workshop “diferenciação socioespacial” introduz uma “qualidade” ao tema da diferenciação, provocando um deslocamento da análise, configurando uma essência e uma orientação para a compreensão do processo espacial: o social.

Permite-nos pensar a articulação entre o plano da construção de um pensamento teórico produzido pela Geografia sobre a diferenciação espacial, e aquela de sua realização, qual seja, a dimensão real da produção espacial como prática social.

O tema, assim fundamentado, apontaria para duas questões: o que revelaria do mundo moderno a dimensão “socioespacial” tratada a partir da Geografia e o que produziria uma diferenciação no interior da prática social a partir da idéia da “indissociabilidade espaço-sociedade”?

O raciocínio aqui apresentado aponta uma orientação precisa que é aquela de compreender o espaço geográfico como produção social, isto é, o ato de produção da vida como ato de produção do espaço sinalizando uma compreensão da dialética espaço-sociedade não como dois termos separados que “entram em relação”, como muito se fez na Geografia, mas como um termo se realizando no outro e através do outro. Assim, a prática socioespacial é a base e sustentação da vida. Portanto, o espaço analisado através da Geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social. Significa também pensar nos conteúdos que esclarecem os conteúdos atuais desse processo pois, como escreve Auriack (1986, p. 74), “o espaço mudou porque a sociedade também mudou”. Resta saber o que caracterizaria “este novo” e como se constituiria nas mais diferentes escalas espaciais.

Tanto Harvey (2004a, 2004b, 2004c), quanto Soja (1993) construíram a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” como centro explicativo das diferenciações socioespaciais; com isso trazem uma contribuição indiscutível no sentido de atualização do debate realizado no âmbito da Geografia, potencializando o plano do social e, com isso, no centro do processo constitutivo da diferenciação, iluminam a noção de “desigualdade” que esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada. Trata-se, também, de considerar o papel da divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares.

Escreve Soja (1993, p. 99), a estrutura do espaço organizado representa:

[...] um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais [...] homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural. [...] essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em

relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis.

Para Harvey (2004a, p. 110-112):

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais [...] inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sociológicos. [...] Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. [...] Mas os processos de diferenciação são tão ecológicos e sociais quanto puramente econômicos. [...] Essas mudanças tornaram-se no entanto, em épocas recentes, mais voláteis, em parte porque ocorreram mudanças qualitativas no âmbito do próprio processo de globalização. [...] A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão destes dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas.

Vou me permitir refletir de um modo diferente a questão da diferenciação espacial, apesar de apoiada num mesmo fundamento teórico, entendendo a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e esta imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto (vívido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a idéia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade).

A hipótese da diferenciação como imane

nte à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da “produção social do espaço” fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Nesse sentido, a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar. Tal situação implica em entender as mediações que se

impõem num determinado momento histórico à relação sociedade/espço. A principal revela a propriedade (como processo) no seio do processo de reprodução da sociedade.

Nesse sentido, a prática social é espacializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso). O desenvolvimento histórico da propriedade no seio do processo de reprodução aponta a reprodução do valor de troca – e o que dela se diferencia, o que ela subordina e como orienta o uso como possibilidade de apropriação realizando-se como diferença.

Nesse sentido, a escala do local e da cidade contempla como determinação a negatividade manifesta no plano da vida cotidiana que aparece como o lugar dessa realização. É a escala do habitar que surge e realiza o diferente em sua determinação negativa quando se define pelo conflito e pela luta em torno das apropriações diferenciadas do espaço, e como reivindicação para o uso (tal qual se revela nas cidades hoje).

Desse modo a prática socioespacial fundada na desigualdade concreta e real propõe a realização da diferença num outro plano, contestando, de um lado, a redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a “cidade como negócio” (o crescimento como estratégia da reprodução espacial) e de outro, mas a ela associado, o planejamento do espaço sob a lógica do econômico posto que a condição do lugar na sua inserção à lógica global, produtora (também ela) de diferenciações, aprofunda a contradição entre espaços integrados/desintegrados à globalização, também traduzida pela contradição centro-periferia, como apontada por Soja (1993). Portanto a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas.

A questão da diferenciação nos coloca diante da produção dessa diferenciação, exigindo uma compreensão da produção do espaço na indissociabilidade do sujeito produtor em ato (atividade vital, realizando-se concretamente). A produção do espaço pela sociedade, será aqui entendida, como momento necessário à sua reprodução (social), pressupondo a análise da realidade enquanto humana, portanto social, em movimento de constituição, portanto histórica (em seu movimento de reprodução).

O movimento da realidade apreendido como produção socioespacial aponta o sentido da produção da sociedade que se realiza como apropriação/produção do espaço que, por sua vez, será compreendido como condição, meio e produto<sup>2</sup> da realização da sociedade num movimento/momento intrínseco à reprodução social. Significa dizer que a vida se realiza em espaços-tempos reais, sinalizando o fato de que as relações sociais têm uma dimensão espacial e se realizam através dessa e nessa dimensão.

Assim, um ponto de partida necessário à reflexão referir-se-ia aos “novos conteúdos da prática socioespacial”, impondo a necessidade de uma teoria da diferença e da desigualdade imanentes à nossa sociedade produzida, hoje, pela “autonomização” dos elementos constitutivos da vida no espaço (a vida realizada como prática socioespacial esfacelada, na medida em que separa radicalmente os lugares constitutivos da vida cotidiana), confrontando a realidade vivida e o possível. Significa considerar: a) a reprodução da sociedade e do espaço em seu movimento contraditório como produto da história; b) no plano espacial, a localização e realização do confronto entre necessidades e objetivos diferenciados, segundo os níveis da realidade social (segundo a classe), política ou econômica gerando, nos dias atuais, uma prática socioespacial caracterizada pela normatização e pelo controle (uma prática que caracterizaria a cidade como segregada, por exemplo); c) as novas estratégias que associam os planos do econômico e político no sentido de atuação conjunta no espaço e nos “negócios urbanos” com o desenvolvimento, por exemplo, das parcerias público-privadas; d) as novas formas de contestação.

## **ESCALAS E NÍVEIS DE ANÁLISE**

O que está posto é a necessidade de produzir uma compreensão sobre a realidade, do ponto de vista geográfico, qual seja, a espacialização das atividades sociais como entendimento da produção do espaço num momento histórico definido como aquele da reprodução da sociedade capitalista, hoje. Como tendência, a constituição de um movimento em direção ao mundial – o que significa dizer que o capitalismo realiza concretamente o que trazia em si de virtualidade: sua expansão por todo o planeta como condição para sua reprodução continuada, isto é, a mundialização. Nessa direção, deparamos-nos com a produção de um espaço mundial e de uma sociedade urbana, também ela, mundial. Mas

---

<sup>2</sup> Esta teoria foi, originalmente, formulada em minha tese de Doutorado defendida em 1987 no Departamento de Geografia da FFLCH-USP e publicada no livro *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

como caminhar no sentido de constituição dos conteúdos desse processo e com quais categorias de análise a Geografia deve trabalhar?

O espaço compreendido como movimento e processo realizando-se na tríade condição-meio e produto da produção/reprodução da sociedade permite, a meu ver, desvendar os níveis da realidade e as escalas capazes de permitir uma compreensão dos elementos que fundam a “diferenciação socioespacial”, qualificando-as a partir de três níveis da realidade e apontando a articulação de diferentes escalas espaciais:

a) o nível econômico pode ser compreendido a partir das necessidades da reprodução do capital.

Como condição para a reprodução do econômico, o espaço é infraestrutura, concentração, mercado de trabalho e de matéria prima em sua simultaneidade de relações e justaposição das esferas individuais referentes ao ciclo do capital. Como meio, o espaço reduz-se à circulação capaz de articular os momentos necessários à realização da produção-distribuição-circulação-troca-consumo. Já como produto, nos defrontamos com o espaço produtivo (o espaço como necessidade de realização do lucro e pela reunião dos elementos que realizam a troca).

Nesse nível, a cidade é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada (em função da articulação e necessidades do processo produtivo, através da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral), integrando os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado; reunião de mão-de-obra. Esse desenvolvimento tem potencializado a aglomeração enquanto exigência técnica decorrente ora do gigantismo das unidades produtivas, ora da constituição de unidades complexas, ora como exigência da “reconversão” industrial<sup>3</sup> apoiada pela formação do capital financeiro que comanda as operações sob o comando crescente da internacionalização do capital e mundialização das trocas. Desse ponto de vista, o capital, que é em essência circulante, necessita para realização de seu ciclo produtivo a passagem de uma fase a outra da produção visando ao consumo como realização do lucro onde a diminuição do tempo e a fluidez no espaço são premissas e resultado do processo.

---

<sup>3</sup> As mudanças no processo produtivo redimensionam o tamanho e a localização das fábricas, separam espacialmente o processo produtivo do escritório central e transformam a divisão do trabalho na fábrica, gerando uma nova divisão do trabalho através do processo de desintegração horizontal.

Desse modo, a cidade se reproduz, continuamente, enquanto condição geral do processo de valorização gerada no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isto, permitir que o ciclo do capital se desenvolva possibilitando a continuidade da produção, logo sua reprodução. Há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho que exige novas condições espaciais para sua realização. Aqui a cidade é circulação permeada por vias expressas, pontes e viadutos.

Esse nível envolve, também, a ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos, de forma convergente de modo a orientar e reorganizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária). Do ponto de vista da lógica do capital, trata-se de produzir um espaço onde o sentido da homogeneidade pode ser constatado pelo movimento que torna o espaço, potencialmente, mercadoria intercambiável.

b) o nível político envolve como condição para sua realização a existência do território definido como ação do Estado – através da mediação do poder local, não sem contradições. No urbano, intervindo no processo de produção da cidade, criando/reforçando centralidades como forma de dominação, reforçando a hierarquia dos lugares em função de sua importância estratégica para a reprodução, criando novas centralidades como produto do desenvolvimento do capitalismo em suas novas exigências, impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta) através da mediação da norma.

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação) e hierarquizado (pela divisão espacial do

trabalho). Como produto, deparamo-nos com o espaço da norma e da vigilância: um espaço estratégico.

c) o nível social é o mais importante, posto que é nele que os dois outros ganham visibilidade, realizando-se. Revelam-se aqui as condições em que se realiza a vida da sociedade; é o plano da vida cotidiana (como prática real e de possibilidades aí contidas; portanto é real e virtual), onde nos defrontamos com a dialética entre o desejo e a necessidade, isto é, da dialética entre o uso (como apropriação necessária dos lugares de realização da vida) e o valor de troca (a extensão do mundo da mercadoria produzindo o espaço que, nesta condição, entra em choque com as determinações da vida). Plano invadido por mediações referentes ao mundo da mercadoria e o que dele escapa. Portanto, revela-se como o nível da apropriação e do conflito onde as diferenças se expressam e são vividas concretamente. Em sua materialização, realiza-se na indissociabilidade espaço-tempo. Significa dizer que as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Aqui revela-se um processo que parte das relações sociais que constroem o mundo concretamente, realizando-se enquanto modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões e estas fogem – apesar de englobar – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias. Isto porque a produção da vida não se refere, apenas, à produção de bens para satisfação das necessidades materiais; significa também a produção da humanidade do homem. Desse modo, o plano da produção articula a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da vida e de suas possibilidades, num sentido mais amplo e profundo (o que implica no desenvolvimento do conceito de produção enquanto modo de apropriação que constrói o ser humano), criando a identidade que se realiza pela mediação do outro (sujeito da relação).

Nesse sentido, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. Uma ação que tem por finalidade concretizar a existência humana enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Trata-se de um processo que ocorre revelando, de um lado, persistência e preservação (dos lugares e modos de vida) e, de outro, dialeticamente, rupturas e transformações. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social revelando-se numa prática que é socioespacial.

Portanto, a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para satisfação das necessidades materiais; é também a produção da humanidade do homem. Assim, o plano da produção articula o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, num sentido mais amplo e profundo – esse é o fundamento da desigualdade que explicita o conflito. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro. Identidade que está construída a partir da escala do habitar sustentando a construção/estabelecimento da memória<sup>4</sup>.

Nesse nível de realidade, o espaço produzido pela lógica da reprodução capitalista assume a característica de fragmentado como decorrência da generalização do processo de mercantilização do espaço (fundada na existência da propriedade privada do solo urbano e da ação dos empreendedores imobiliários), revelando que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe. Isto é, grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, o que torna as estratégias conflitantes.

Como condição para a realização da sociedade, trata-se do espaço da materialização das relações sociais, como prática e suporte da realização das relações sociais, do uso e da reunião dos membros da sociedade que pela atividade real vão constituindo a identidade na prática e a partir de relações do homem com o outro, como objetividade e subjetividade, como prática e realidade. Como meio, esse espaço realiza-se enquanto circulação de modo a permitir a mobilidade. Como produto, teríamos o espaço enquanto valor de uso. Nessa condição, questionaria a lógica produtiva do capital, na medida em que gera a necessidade de produção dos espaços improdutivos.

Assim, os lugares da vida se distinguem e se diferenciam, posto que marcados por um emprego de tempo que se revela num uso específico que, na vida cotidiana, se circunscreve aos níveis das atividades de trabalho, de lazer e da vida privada. No plano da vida cotidiana, essa produção revela os conflitos provenientes das contradições entre os níveis.

Assim, se a produção do espaço do ponto de vista econômico se produz sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento que normatiza e instrumentaliza o espaço, no plano social revela a vida, e desse modo a sociedade em seus

---

<sup>4</sup> Essa idéia está desenvolvida na introdução do livro Espaço e tempo na metrópole, São Paulo: Contexto, 2001.

conflitos, pois o econômico e o político se realizam na vida cotidiana e no lugar com estratégias específicas que se confrontam com as necessidades da vida humana.

Nessa escala se vive a justaposição morfologia social/morfologia espacial, produzindo a cidade como segregação com seu sentido estratégico: a separação das práticas socioespaciais visando à reprodução social que, ao delimitar um lugar para cada um – “criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade” –, escamoteia o conflito.

Sintetizando, o espaço enquanto condição, meio e produto revela o movimento da produção/reprodução de toda a sociedade, uma tríade que apreende um movimento contraditório em que nenhum nível ou escala da produção espacial é excluído, ao contrário, realiza-se como justaposição entre esses níveis e no interior de cada um, constituindo-se como totalidade contraditória. Nessa perspectiva, desvenda-se o espaço em sua dupla determinação: enquanto localização de todas as atividades da sociedade em seu conjunto; enquanto processo e movimento, tem seu conteúdo definido e determinado pelo conjunto das relações sociais em seus momentos constitutivos específicos. Nessa direção, o espaço é o lugar da reprodução social de forma indissociável: produto, meio e condição dessa reprodução.

No mundo moderno, essa prática socioespacial realiza-se pela justaposição contraditória entre as necessidades econômicas e políticas (muitas vezes conflitantes), e as necessidades impostas para a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso, a reprodução do espaço realiza-se pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço, enquanto condição/produto da produção e da reprodução do capital, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, impondo limites e barreiras a sua reprodução. A existência dessas contradições exige estratégias precisas, estabelecendo hoje um novo conteúdo a essas relações de modo a superar a crise induzida pelo desenvolvimento do capital. Nesse momento, o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho baseia-se numa nova racionalidade apoiada pelo emprego do saber e da técnica aplicada à produção e à gestão e da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle e da vigilância.

No segundo caso, a reprodução da vida realiza-se na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-

identidade; estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática socioespacial. O entendimento da produção do espaço se revela, portanto, na necessidade do desvendamento do modo como se realiza, concretamente, o processo de reprodução da sociedade em sua totalidade, onde o mundial aparece como tendência inexorável e se realiza, hoje, enquanto processo de reprodução da sociedade a partir da reprodução do espaço, onde ganha sentido uma nova relação espaço-tempo<sup>5</sup>.

A estes níveis se superpõe a análise, de modo articulado, de três escalas: o espaço mundial (1), que aponta a direção, a virtualidade do processo de reprodução contínuo, onde o mundial, não como produto da hierarquia entre essas escalas, mas como interação, invade e se realiza no plano do local (2). Como aponta Milton Santos (1996, p. 271), a globalização é uma metáfora que ganha existência no plano do lugar. "É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende de virtualidades do lugar". No plano intermediário de mediação entre o local e o mundo (3), encontramos a metrópole. Esse processo revela, como apontado acima, a contradição entre espaços integrados e desintegrados ao capital mundial, centro e periferia.

Na compreensão da justaposição desses três níveis e escalas está, a meu ver, o cerne do debate sobre os processos de diferenciação socioespacial colocando no centro a idéia de "reprodução da sociedade como reprodução espacial".

## **A DIFERENCIAÇÃO COMO PRODUTO E NEGATIVIDADE**

Como as diferenças são produzidas? Quais seus conteúdos? Escalas diferentes produzem fenômenos diferentes, com conteúdos diferentes?

Parece fundamental para o debate considerar a passagem (produzida pelo pensamento geográfico nos anos 70), do conceito de "organização do espaço" para aquele de "produção do espaço". Esse movimento coloca no centro do debate o conceito de produção/reprodução, atualizando o debate da diferenciação espacial, como produto social, ultrapassando o tratamento do espaço como quadro físico, local onde se desenrola a atividade humana, palco da ação, logo, da distribuição, repartição diferenciada de homens, recursos, produtos e mercadorias;

---

<sup>5</sup> Essa idéia está desenvolvida na introdução do livro Espaço e tempo na metrópole, São Paulo: Contexto, 2001.

produto da divisão espacial das atividades da sociedade apoiadas em particularidades geradoras de complementaridades e hierarquias.

Essa orientação abre outro caminho possível para a análise: a diferenciação espacial como produto, mas também, como condição da realização do capitalismo. Nessa situação, revelaria uma lógica e um conflito latente. Assim, a produção do espaço, como momento necessário da acumulação, seja na sua condição de realização do valor de troca (econômico), seja como estratégia (político), seja como espaço-tempo da realização prática da vida social, revela a realidade como contradição vivida.

Mas é possível apontar uma contradição principal reveladora de outras – no caso da produção do espaço, refiro-me àquela que diz respeito ao processo de produção social do espaço em conflito com sua apropriação privada. Isso porque numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria, liga-se à forma mercadoria servindo às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reprodutível. Coordenadas por estratégias específicas em cada momento da história do capitalismo (que se estende cada vez mais ao espaço global), essa lei cria novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas, onde o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Nessa lógica, as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando os conflitos em torno dos lugares ocupados/vividos (tanto no campo quanto na cidade). No cerne desse conflito, encontramos a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial. A realidade urbana, por exemplo, hoje nos coloca diante de uma crise que é real, logo, prática decorrente do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada, sinalizada pelo aprofundamento dos processos de segregação urbana.

O que parece estar no centro da questão, portanto, é que a produção do espaço se realiza enquanto condição, meio e produto da sociedade capitalista que repousa na desigualdade que está no fundamento histórico do capitalismo e se expressa pelo acesso à riqueza *lato sensu*

(tanto sua produção, quanto sua distribuição). Nesse sentido, a diferenciação espacial é um produto social dessa desigualdade que está na origem do processo, revelando, espacialmente, as estratégias de classe. O tema pode indicar essa orientação, permite propor a relação espaço/sociedade através do uso/apropriação como fundamento dessa diferenciação, superando a idéia de diferenciação associada às diferenças naturais (sem ignorá-las), bem com superar (sem eliminar) a divisão espacial do trabalho onde a diferenciação apareceria como grau de especialização de áreas transformando-se, ao longo do tempo, a partir do estabelecimento de complementaridade entre áreas. Essa abordagem propõe e supera também, o encaminhamento empregado pela Geografia que trata indiferenciadamente a questão das descontinuidades espaciais produzidas pela repartição/especialização; concentração/descontinuidade; distribuição/diversidade das áreas do globo terrestre gerando a hierarquização de áreas.

Esse é, a meu ver, o significado e a potência do “social” e, nessa dimensão, permite compreender o acesso diferenciado das classes sociais ao espaço. O tema assim encaminhado pode sugerir, ou pode criar a possibilidade de pensar a passagem ou o deslocamento da diferenciação do nível específico do espaço (ou dos níveis específicos do espaço, como é o caso da escala dos fenômenos) para aquele do espaço-tempo da sociedade enfocando a justaposição da morfologia espacial (em suas várias escalas) e da morfologia social (apoiada na diferenciação da sociedade em classes/estamentos/estratos). A produção do espaço enquanto mercadoria faz do acesso ao uso uma relação necessariamente mediada pelo mercado imobiliário como norma, o que gerou um amplo movimento de luta pela moradia na cidade ou pela terra no campo como modo de questionar essa produção.

Nesse sentido, a introdução da noção de cotidiano ilumina/embasa essa possibilidade, pois permite pensar a prática espacial como social – isto é, espaço-temporal – e nessa dimensão permite constatar a presença do mundial como tendência contraditória. Se pensarmos os níveis espaciais diferenciados – a superação do pensamento corológico –, deparamo-nos com a relação entre eles como inexorável, posto que a vida não se realizaria numa única escala: ela é fluída e implode junto com e explosão da cidade – momento em que as “fronteiras urbanas” criam sempre novos limites. O cotidiano é o lugar da ação e do conflito, da consciência e da elaboração do projeto, da reivindicação do “direito ao uso”. O conceito de desenvolvimento espacial desigual ganha potência indiscutível.

Assim, desloca-se o enfoque da localização das atividades, no espaço, para a análise do conteúdo da prática socioespacial, enquanto movimento de produção, apropriação e reprodução.

## BIBLIOGRAFIA

AURIACK, Franck. Du spatial et du social : de la géographie aujourd'hui. In: AURIACK, Franck; BRUNET, Roger. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, Fondation Diderot, 1986. P. 71-81.

BRUNET, Roger. L'espace, règles du jeu. In: AURIACK, Franck; BRUNET, Roger. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, Fondation Diderot, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole*. A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 51-83.

\_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade e a construção da Metageografia. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 4, p. 221-247, julho, 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. A propósito do espaço urbano: algumas hipóteses. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de estudos urbanos, v. 1, n. 1, p. 79-95, jan-jun, 2004.

GEORGE, Pierre. *Fin de siècle en Occident*. déclin ou métamorphose? Paris: PUF, 1982.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2004b.

\_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004c.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. *Logiques de l'espace, esprit des lieux – Géographies à Cerisy*. Paris: Belin, 2000.

MARX, Karl. *A questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política* (borrador) Grundrisse, 1857-1858. México: Siglo Vientiuno, 1977.

\_\_\_\_\_. *El capital*. 9. ed. México: Siglo Vientiuno, 1984. V. 4.

PINTAUDI, S. Participação cidadã e gestão urbana. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n. 2, p. 169-180, jul-dez, 2004.

RODRIGUES, A. M. Direito à cidade e o estatuto da cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 89-110, jan-jun, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n. 2, p. 181-206, jul-dez, 2004.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. P. 132-159.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TELLO, Rosa. Áreas metropolitanas, espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 09-20.

*Recebido em 15/06/2007*

*Aceito em 03/09/2007*